

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.707.741 - PR (2017/0286715-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : **ANDRESSA DOS SANTOS FAGUNDES**
EMBARGANTE : **MATHEUS HENRIQUE FAGUNDES FERREIRA**
ADVOGADO : **ELTON ALAVER BARROSO - PR034050**
ADVOGADA : **ANA PAULA DELGADO DE SOUZA BARROSO E OUTRO(S) - PR029484**
EMBARGADO : **CIA ITAÚ LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**
ADVOGADO : **JULIANO RICARDO SCHMITT - PR058885**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos à decisão que não conheceu do recurso especial.

Em suas razões (e-STJ fls. 357/360), os embargantes alegam que (e-STJ fl. 357):

[...] este Ilustre Ministro Relator deixou de analisar as peculiaridades do caso concreto, restando caracterizada a omissão no julgado, especialmente para se verificar que o apelo especial busca uma declaração de que o bando deve ser responsabilizado pelo resultado da venda extrajudicial.

Consideram também omissa a monocrática pois não verificou que houve a juntada do inteiro teor dos acórdãos paradigmas, bem como a correta demonstração de similitude fática e jurídica das decisões.

Ao final, requerem o acolhimento dos embargos declaratórios.

Foi apresentada impugnação (e-STJ fls. 363/364).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

Além do mais, os aclaratórios, em regra, não permitem rejugamento da causa, sendo certo que o efeito modificativo é possível apenas em casos excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado.

Consoante se depreende dos autos, o Tribunal de origem entendeu que não há responsabilidade da instituição financeira pelo valor obtido na venda extrajudicial.

É de ver que, reconhecida a inexistência de culpa do banco recorrido, a alteração de tais conclusões demandaria o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial, ante o disposto na Súmula n. 7/STJ.

Ademais, não se reputa devidamente comprovado o dissídio jurisprudencial pois, para sua caracterização, não basta transcrever ementas e juntar o inteiro teor dos acórdãos paradigmas. Também é necessário apontar e explicitar por que os casos são semelhantes e qual

Superior Tribunal de Justiça

é a proximidade fática entre os julgados comparados, o que não foi realizado na hipótese dos autos.

No caso concreto, portanto, não se constata nenhum dos casos que ensejam embargos de declaração. Ao contrário, os embargantes buscam mera rediscussão das questões relativas à incidência da Súmula n. 7 do STJ e à falha no cotejo analítico, as quais foram efetivamente esclarecidas na decisão embargada (e-STJ fls. 352/355).

O simples fato de a decisão recorrida ser contrária aos interesses da parte não configura nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.

Ademais, percebe-se claramente que a parte embargante pretende rediscutir não só a decisão ora embargada, mas também as anteriores, insurgindo-se contra elas no mérito.

Assim, é inviável a análise de questão meritória quando o recurso especial não ultrapassou sequer o juízo de admissibilidade, motivo pelo qual não há falar em omissão, obscuridade e contradição no julgado.

Assim, não se constata nenhum dos casos dos embargos.

Em face do exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator